

A invenção da ética

Paulo Gadelha
Desembargador Federal do TRF da 5ª
Região

Há, nos dias atuais, de forma transparente, diáfana, aberta, uma visível e válida preocupação com os chamados valores morais.

Neste horizonte, emerge *a ética*, inspirando pessoas e influenciando instituições. Construindo, com certeza, uma sociedade de sadios princípios e retidão de atitudes.

Esta digressão, de fato, surgiu durante uma palestra que proferi na Faculdade de Direito de Sousa, pertencente à Universidade Federal de Campina Grande, tendo como tema O Novo Código Civil – a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - no momento em que fazia um paralelo entre o Direito, enquanto norma, e as outras regras de desenho ético, tais como a religião e a moral, eis que, um aluno, no canto do auditório, pergunta-me, onde e como, nascera a ética.

A memória, graças a Deus, não me traiu, e eu, voltando à busca do tempo estudado, garanti que a ética nasceu na histórica, bela e culta Grécia.

De lá, igualmente, vieram o teatro, a política, a retórica, os jogos olímpicos e a democracia.

Quando formatou os lineamentos básicos desta escola de conduta social, Aristóteles, discípulo de Platão, preceptor de Alexandre, O Grande, na sua obra – “Ética a Nicômaco” – defendeu a tese de que, sendo o homem, essencialmente, “um animal político”, precisava ser educado, orientado, disciplinado, para o bem.

Aristóteles, a quem o divino Dante chamou de “o mestre dos que sabem”, construindo o mundo ético, observou, como ele o disse, encontrar “o justo meio” para a tessitura da personalidade equilibrada.

Com certeza, a partir deste arquétipo, o mundo passou a vivenciar o sentido e o discurso da ética.

No Brasil, por exemplo, como modelo de dignidade, eu lembro sempre o Barão de Mauá, o nunca esquecido Irineu Evangelista de Sousa.

Mauá, um sonhador acordado, chegou a ser o homem mais rico do Império.

Um dia, faliu, quebrou. Teve, todavia, a grandeza de escrever a histórica Carta aos Credores, “um autêntico monumento à ética nos negócios, comprometendo-se a pagar todas as suas dívidas”, como lembrou o escritor e jornalista Francisco Viana, no ensaio – A força da ética é a riqueza da Nação – publicado na revista ETCO, de 2 de fevereiro de 2005, páginas 36 e 37.

O Barão pagou os seus débitos no dia 30 de janeiro de 1884, e foi judicialmente reabilitado por memorável sentença do Juiz Miguel Calmon de Pin e Almeida.

Aos 70 anos, moral e financeiramente reabilitado, voltou à arena do desafiador mundo dos negócios.

Com garra, sensibilidade, espírito público e ética, como as coisas devem ser feitas.